

Por que rejeitamos a minuta da Lei Geral da Gestão Pública do MGI?

O Coletivo das Três Esferas da CUT aprovou, em fevereiro, um manifesto de rejeição total à minuta da chamada 'Lei Geral da Gestão Pública', proposta apresentada pela Advocacia-Geral da União (AGU) e pelo Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI) para substituir o Decreto-Lei 200/1967.

Para as entidades cutistas, que representam servidores federais, estaduais e municipais em todo o Brasil, a minuta aponta para uma “reforma administrativa paralela”, consolida um processo de enfraquecimento do Estado iniciado após 2016 e representa um ataque ao serviço público e aos direitos dos servidores.

Sob o argumento de modernização, a mudança pode abrir caminho para o desmonte do serviço público e a precarização do trabalho no Estado. Após análise técnica e política, o Coletivo decidiu não apresentar emendas ou sugestões pontuais, defendendo a rejeição integral da proposta.

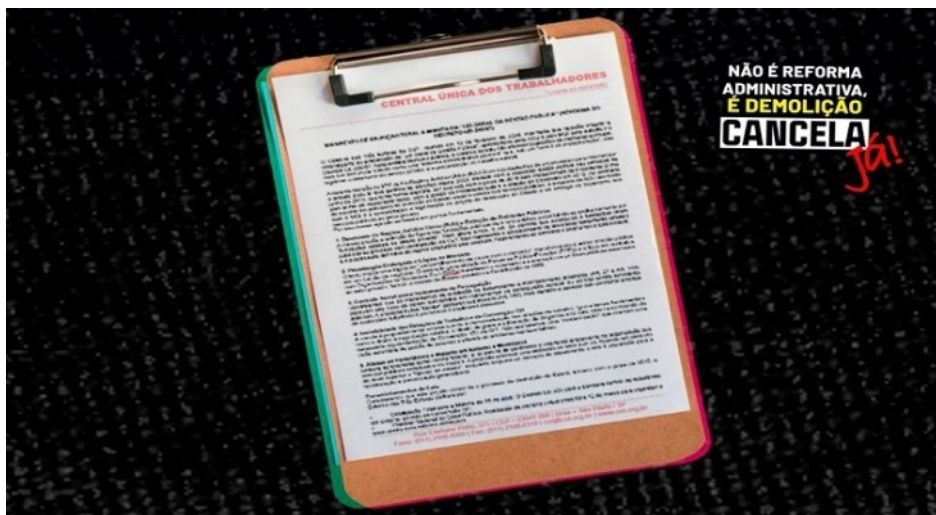
Esse tema será um dos pontos centrais de pauta da Plenária Nacional das Três Esferas da CUT que acontece na próxima quinta-feira, 12, às 18h30.

Principais críticas

Entre os pontos centrais destacados no manifesto estão:

✓ Fim do Regime Jurídico Único (RJU)

A minuta prevê mudanças que, na avaliação das entidades, enfraquecem o regime estatutário e ampliam contratações via CLT,



inclusive com possibilidade de criação de subsidiárias privadas por autarquias e fundações. Para o Coletivo, isso fragmenta carreiras e ameaça a estabilidade dos servidores.

✓ Privatização e avanço das PPPs

O texto estimula parcerias com o setor privado, como PPPs e contratos com Organizações da Sociedade Civil. Para as entidades, isso transfere orçamento e execução de políticas públicas para o mercado, contrariando o modelo de Estado previsto na Constituição de 1988.

✓ Risco de perseguição a servidores

O manifesto aponta que os mecanismos de avaliação de desempenho e monitoramento podem ser usados como instrumentos de pressão ou perseguição política, ao mesmo tempo em que oferecem proteção ampliada a gestores.

✓ Silêncio sobre negociação coletiva

A proposta não trata de pontos como negociação coletiva, direito de greve e regulamentação da Convenção 151 da OIT, que estabelece normas para as relações de trabalho no setor público.

✓ Impacto sobre estados e municípios

Embora seja uma norma federal, o Coletivo alerta que a lei pode influenciar diretamente a organização dos serviços públicos estaduais e municipais, ampliando terceirizações e precarização.

No manifesto, as entidades também cobram diálogo com o governo federal e parlamentares para impedir o envio da proposta ao Congresso.

Confira aqui a íntegra do manifesto

Coletivo das Três Esferas da CUT

**A PEC 38 DESTRÓI O SERVIÇO PÚBLICO
CONTRA A REFORMA ADMINISTRATIVA
PRESSIONE OS DEPUTADOS PARA QUE VOTEM NÃO!**

CUT



Mês da Mulher: fim da escala 6x1 é estratégico para enfrentar a sobrecarga feminina

A redução da jornada de trabalho, sem redução salarial, é uma luta histórica da CUT. Neste Mês Internacional da Mulher, a campanha pelo fim da escala 6x1 (seis dias de trabalho para apenas um de descanso) ganha centralidade por seu impacto direto na vida das trabalhadoras, que seguem submetidas à dupla e, muitas vezes, tripla jornada.

Ao longo de décadas, o movimento sindical tem afirmado que, além do trabalho, existe vida e que o direito ao descanso, ao lazer, à cultura e à convivência familiar e social não é privilégio e sim fator fundamental da dignidade humana. Quando esse debate é atravessado pela desigualdade de gênero, ele se torna ainda mais urgente.

Dupla jornada e desigualdade

No Brasil, de acordo com o Censo de 2022, do IBGE, as mulheres dedicam, em média, 21,3 horas semanais aos afazeres domésticos e aos cuidados de pessoas, enquanto os homens dedicam 11,7 horas. Entre mulheres pretas e pardas, a carga é ainda maior: 1,6 hora a mais por semana do que entre mulheres brancas.

Mesmo quando cumprem jornadas formais de 40 a 44 horas semanais, as trabalhadoras seguem acumulando trabalho não remunerado. Mulheres brancas nessa faixa dedicam, em média, 15h47 semanais aos cuidados; mulheres negras, 16h38. Já homens brancos e negros na mesma jornada dedicam cerca de 11 horas.

Escala 6x1 aprofunda sobrecarga

A escala 6x1 está disseminada sobretudo em setores com forte presença feminina, como comércio e serviços. Na prática, o único dia de

“folga” costuma ser absorvido por tarefas domésticas acumuladas, compras, organização da casa e cuidados com filhos ou familiares.

O resultado é que o descanso semanal se transforma em mais uma etapa da jornada. Quando se soma trabalho remunerado, deslocamento e trabalho doméstico, há mulheres que ultrapassam 11 horas diárias de atividade contínua.

Saúde, tempo e direito de viver

A redução da jornada de trabalho e o fim da escala 6x1 são medidas estratégicas para enfrentar a sobrecarga que recai sobre as mulheres no mercado de trabalho brasileiro. Presente em setores com forte participação feminina, a escala de seis dias de trabalho para apenas um de descanso aprofunda a dificuldade de conciliar emprego e responsabilidades domésticas, já que o tempo fora do trabalho formal costuma ser absorvido pelo cuidado não remunerado.

Impactos econômicos e geração de empregos

O debate sobre a redução da jornada também envolve desenvolvimento econômico. A nota técnica da Rede Brasileira de Economia Feminista (REBEF) aponta que a redução para 40 horas semanais pode contribuir para:

- ampliar a formalização do trabalho;
- reduzir o desemprego feminino;
- fortalecer a arrecadação previdenciária;
- diminuir afastamentos por adoecimento decorrente de exaustão.

Estudos citados no debate estimam que a redução da jornada pode gerar milhões de novos postos de trabalho, ampliando oportunidades para mulheres, que apresentam taxas de

desemprego historicamente mais elevadas que as dos homens.

Ao colocar o tempo no centro da discussão, a proposta evidencia que as desigualdades de gênero não se expressam apenas em salários menores ou posições hierárquicas, mas também na forma como o tempo é organizado e distribuído na sociedade.

PECs em debate e cenário político

No Congresso Nacional, duas propostas tratam da redução da jornada e do enfrentamento da escala 6x1:

- a PEC 8/25, apresentada por Erika Hilton;
- a PEC 221/19, de autoria de Reginaldo Lopes.

Para a CUT, é fundamental que qualquer mudança ocorra sem redução salarial e com mecanismos que impeçam formas de precarização, como a falsa pejetização e distorções nas contratações.

Pauta feminista

Neste Mês da Mulher, a luta pelo fim da escala 6x1 se coloca como pauta estratégica para enfrentar a sobrecarga e ampliar a autonomia econômica das trabalhadoras.

Reduzir a jornada é disputar o direito ao tempo para descansar, estudar, conviver, participar da vida política e cultural. É enfrentar a violência estrutural que atravessa o mundo do trabalho e reconhecer que as mulheres têm direito não apenas a sobreviver, mas a viver plenamente.

Ao defender a redução da jornada sem redução salarial, a CUT reafirma que justiça social e igualdade de gênero passam, necessariamente, pela reorganização do tempo de trabalho e pela valorização da vida das mulheres.

Fonte: Cut.org.br/noticias